



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

**REQUERIMENTO Nº                      de 2021**  
**(Do Sr. Aureo Ribeiro)**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir as suspeitas de corrupção envolvendo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja aprovado o presente requerimento para esta Casa de Leis realizar audiência pública com vistas a discutir as suspeitas de corrupção envolvendo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Portanto, solicito que sejam convidados a comparecer a este órgão técnico:

1. representante da Polícia Federal;
2. o Sr. Tarcísio Freitas, Ministro da Infraestrutura;
3. a Sra. Fernanda Costa de Oliveira, subsecretária da Subsecretaria de Conformidade e Integridade do Ministério da Infraestrutura;
4. o Sr. Marcelo Almeida Pinheiro Chagas, ex-diretor da área de Infraestrutura Ferroviária da autarquia.

Apresentação: 14/09/2021 10:27 - CFFC

REQ n.213/2021





## JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento objetiva a realização de audiência pública para discutir suspeitas de corrupção envolvendo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

No final de agosto do corrente ano, a Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação “Daia” a fim de aprofundar investigações referentes à atuação de lobistas que favoreciam uma empresa operadora de portos secos, no âmbito do DNIT. A Justiça determinou o bloqueio das contas dos investigados e o afastamento de servidores públicos envolvidos.

A investigação contou com a colaboração da Subsecretaria de Conformidade e Integridade do Ministério da Infraestrutura. Segundo a PF, a empresa começou a enfrentar problemas na fase de habilitação em relação ao terreno apresentado por ela para a construção do Porto Seco de Anápolis e, a fim de resolver esses problemas, contratou lobistas para viabilizar a aquisição de um terreno do DNIT situado no Distrito Agroindustrial de Anápolis - DAIA por um preço inferior ao valor de mercado.

Esses lobistas pagavam propina para servidores públicos do DNIT para que cuidassem dos interesses da empresa junto à autarquia<sup>1</sup>. Segundo o Antagonista<sup>2</sup>, Marcelo Almeida Pinheiro Chagas, nomeado pelo Presidente Bolsonaro e o Ministro da Infraestrutura Tarcísio Freitas, ocupava o cargo de diretor da área de Infraestrutura Ferroviária da autarquia e é apontado pela PF como destinatário de propina.

<sup>1</sup>GOVERNO FEDERAL. Operação daia reprime esquema de corrupção e tráfico de influência no dnit. Disponível em <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/08/operacao-daia-reprime-esquema-de-corrupcao-e-trafico-de-influencia-no-dnit> Acessado em 30/8/2021

<sup>2</sup>O ANTAGONISTA. Suspeitas de corrupção no dnit seguem no Governo. Disponível em <https://www.oantagonista.com/brasil/suspeitas-de-corrupcao-no-dnit-seguem-no-governo-bolsonaro/> Acessado em 30/8/2021





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC**

Apresentação: 14/09/2021 10:27 - CFFC

REQ n.213/2021

E as suspeitas de casos de corrupção não são recentes. Notícia da Agência Brasil<sup>3</sup>, de setembro de 2020, já mostrava possíveis desvios milionários entre 2012 e 2019.

Chamada de Circuito Fechado, a ação era um desdobramento de outra operação, a “Gaveteiro”, quando a PF revelou que estava apurando a suspeita de desvio de mais de R\$ 50 milhões do Ministério do Trabalho, por meio da contratação irregular de uma empresa de tecnologia da informação. Essa mesma empresa agora é suspeita de envolvimento de irregularidades em três contratos do DNIT.

Segundo a Polícia, os servidores envolvidos no esquema forjavam a necessidade de órgãos públicos contratarem serviços de tecnologia da informação e, depois, fraudavam os processos licitatórios de forma a favorecer a empresa. A Justiça determinou o bloqueio de cerca de R\$ 40 milhões das contas dos investigados e o sequestro de seis imóveis e 11 veículos.

Embora não formalmente investigado, mas citado no processo, os contratos foram assinados pelo Ministro Tarcísio Freitas, quando era diretor do DNIT. O Estadão<sup>4</sup> afirma que é ele quem assina parte dos contratos investigados na Operação Circuito Fechado.

Assim, por toda a exposição, contamos com o apoio dos pares para a realização de audiência pública a fim de elucidar os temas e dar espaço aos envolvidos apresentarem seus argumentos.

**Sala da Comissão, de de 2021.**

**Deputado Federal AUREO RIBEIRO**  
**Solidariedade/R**

<sup>3</sup>AGÊNCIA BRASIL. PF apura indícios de desvio milionário no dnit. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/pf-apura-indicios-de-desvio-milionario-no-dnit-entre-2012-e-2019> Acessado em 30/8/2021

<sup>4</sup>ESTADÃO. Contratos assinados por Tarcísio durante a gestão Dilma entram na mira da PF. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/contratos-assinados-por-tarcisio-durante-gestao-dilma-entram-na-mira-da-pf/> Acessado em 30/8/2021

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217568764800> Fl. 3 de 3



\* C D 2 1 7 5 6 8 7 6 4 8 0 0 \*